

ATA N.º 11/2020

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2020:

No dia treze de maio de dois mil e vinte, pelas quinze horas e doze minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as António Manuel da Silva Braz, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e Palmira Maria Santinhos Hortense.

Através do edital nº 116/DAFRH-DAAG/2020, foi determinado que a presente reunião de câmara se realizaria à porta fechada, sem a presença de público, na sequência das medidas de prevenção decretadas pela Direção Geral de Saúde (DGS).

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia 13 de maio de 2020, apresentado pelo Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, foi convocado, nos termos do n.º 1, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. António Manuel da Silva Braz. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Pinhal Novo

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_11-20:

«A 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 tem os seguintes objetivos principais:

- Proceder à inscrição de parte do saldo da gerência de 2019, possibilitando a dotação de rubricas que se encontravam “a definir” e a reposição de verbas utilizadas nas Alterações Permutativas realizadas;
- Efetuar ajustamentos nos documentos em vigor, por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental do primeiro quadrimestre;
- Criar e/ou reforçar rubricas e ações no âmbito do combate à pandemia da doença Covid-19.

Receita:

No capítulo da receita procedeu-se à inclusão de parte do saldo de gerência de 2019, no valor de 9.950.096,00 € (nove milhões, novecentos e cinquenta mil e noventa e seis euros). Recorde-se que o saldo de gerência de 2019 foi fixado através da aprovação pela Câmara Municipal do «Mapa de Fluxos de Caixa», em reunião realizada no passado dia 30 de abril, documento que se anexa à presente proposta.

Efetuuou-se o ajustamento das verbas provenientes do Orçamento de Estado para 2020, no valor de 726.231€ (setecentos e vinte e seis mil duzentos e trinta e um euros).

Efetuaram-se reforços no valor global de 312.310€ (trezentos e doze mil, trezentos e dez euros) nas rubricas de transferências de capital provenientes de financiamentos externos, ajustando o valor da comparticipação de diversas ações a receber em 2020 à sua reprogramação física e financeira.

Despesa:

No capítulo da despesa os principais movimentos resultam, no essencial, de:

- Dotação de rubricas que se encontravam “a definir” no documento inicial;
- Reforço de diversas rubricas cuja dotação foi parcialmente consumida com encargos transitados do ano anterior;
- Reposição de verbas utilizadas nas 1ª, 2ª e 3ª Alterações Permutativas ao Orçamento;
- Alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação atual definida de 28 milhões de euros passam, após esta Alteração Modificativa, a dispor de uma dotação no valor de 37,6 milhões de euros. As principais modificações introduzidas nas GOP são as seguintes:

Funções Gerais

- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Instalações Municipais»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Aquisição e Reparação de Máquinas e Viaturas»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Sistemas de Informação»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Ações de Prevenção e Segurança», com inclusão de nova ação «Aquisição de Bens e Serviços COVID-19»;
- Inclusão de nova ação «Construção do Posto Territorial da GNR em Poceirão» do novo programa «Segurança»;

Funções Sociais:

- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Beneficiação, Conservação, Funcionamento e Apetrechamento das EB/JI»;
- Reforço da dotação da ação «Aquisição de fardamento e equipamentos de proteção individual -Fornecimento Regular e COVID-19»;
- Reforço da dotação da ação «Exames Médicos - Regulares e COVID-19»;
- Inclusão de nova ação «Fornecimento de refeições quentes, no âmbito do combate à Pandemia COVID-19»;
- Inclusão de nova ação «Projeto de Teleassistência» do projeto «Programas e projetos de intervenção social»;
- Reforço da dotação da ação «Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis»;
- Inclusão de nova ação «Adaptação da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Palmela»;

- Reforço da dotação da ação «Execução de obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento»;
- Inclusão de nova ação «Execução da rede de drenagem de águas residuais domésticas em várias ruas da Carregueira/Abreu Grande – Pinhal Novo»;
- Inclusão de nova ação «Remodelação da rede de drenagem de águas residuais pluviais na Salgueirinha – Pinhal Novo»;
- Inclusão de nova ação «Reabilitação dos reservatórios de Batudes (velhos), Batudes (novos), Valagões e Lagoinha»;
- Inclusão de nova ação «Desvio de condutas do sistema de abastecimento de água às Marquesas»;
- Inclusão de nova ação «Elaboração de estudo para a otimização de períodos de bombagem na zona piloto»;
- Inclusão de nova ação «Elaboração de projeto para a reabilitação da ETA de Vale do Alecrim – Pinhal Novo»;
- Inclusão de nova ação «Aquisição de maquinaria e equipamento» do projeto «Outras Intervenções» do programa «Abastecimento de água»;
- Reforço da dotação da ação «Lavagem de Contentores»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Espaços Verdes/Paisagismo» com inclusão de nova ação «Novo Parque de Estacionamento na Quinta do Anjo»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Conservação/Gestão e Animação do Castelo» com inclusão de novas ações «Correção da cobertura da Casa Hermenegildo Capelo» e «Valorização do interior da Torre de Menagem»;
- Reforço da dotação da ação «Requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura»;
- Inclusão de nova ação «Intervenções em Património Edificado»;

Funções Económicas:

- Inclusão de nova ação «Eficiência energética em edifícios municipais e espaços públicos»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Melhorar a Rede Viária Municipal», com inclusão de nova ação «Remodelação de cruzamento da EM 533 com a rua José Mestre»;
- Reforço da dotação da ação «CICLOP7 – Rede Ciclável da Península de Setúbal – Concelho de Palmela»;

- Reforço da dotação da ação «Mercados de Produtores Locais do Concelho de Palmela»;
- Reforço da dotação da ação «PRARRÁBIDA – Janela da Arrábida (Palmela)»;
- Inclusão de nova ação «Caminho Português de Santiago – Caminho de Palmela»;
- Inclusão de nova ação «Informação e Apoio ao Consumidor»;

Outras Funções:

- Reforço da dotação da ação «Aquisição de Terrenos»;

O total do Orçamento após a 1.ª Alteração Modificativa é de 61.119.399,00 € (sessenta e um milhões, cento e dezanove mil, trezentos e noventa e nove euros) que representa um acréscimo de 21,92% relativamente ao Orçamento atual.

Para efeitos do cumprimento da norma relativa à “Integração do saldo de execução orçamental”, prevista n.º 1 do art.º 129.º, da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, procedeu-se à elaboração de informação sobre a execução dos documentos previsionais de 2019, documento que se anexa e faz parte integrante da presente proposta.

Nos termos do nº 5, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 13 de setembro, alterada pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), o saldo gerência de 2019 financia 6.742.583,00€ do reforço em despesas correntes agora proposto.

Assim, e tendo em consideração:

- Que após a fixação do saldo de gerência de 2019 através a aprovação do «Mapa de Fluxos de Caixa» é urgente a sua incorporação nos documentos previsionais de 2020, de modo a possibilitar o acesso a recursos financeiros com uma expressão muito substantiva, indispensáveis para a concretização do seu plano de atividades e plano de investimentos, em particular de ações no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19;
- Que por força do contexto de combate à pandemia da doença COVID-19 e aproveitando possibilidade legal entretanto criada, o município optou por adiar para maio ou junho a submissão a deliberação dos órgãos municipais dos documentos de prestação de contas;

Propõe-se, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado art.º 3.ºA, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril, que a Câmara Municipal aprove 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023, submetendo a presente decisão a posterior ratificação da Assembleia Municipal.

ANEXOS:

- 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023
- Cópia da deliberação «Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa»
- Informação sobre a execução do Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022.»

Sobre a proposta de 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023, numerada DAFRH 01_11-20, intervêm:

O **Sr. Presidente** esclarece que a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 tem como objetivo principal proceder à inscrição de parte do saldo da gerência de 2019, possibilitando a dotação de rubricas que se encontravam “a definir” e a reposição de verbas utilizadas nas Alterações Permutativas realizadas; efetuar ajustamentos nos documentos em vigor, por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental do primeiro quadrimestre e criar ou reforçar rubricas e ações no âmbito do combate à pandemia da doença Covid-19.

No capítulo da receita, procedeu-se à inclusão de parte do saldo de gerência de 2019, no valor de 9.950.096,00 €, efetuou-se o ajustamento das verbas provenientes do Orçamento de Estado para 2020, no valor de 726.231€ e efetuaram-se reforços no valor global de 312.310€ nas rubricas de transferências de capital provenientes de financiamentos externos, ajustando o valor da comparticipação de diversas ações a receber em 2020 à sua reprogramação física e financeira.

Na despesa, os principais movimentos resultam, no essencial, na dotação de rubricas que se encontravam “a definir” no documento inicial, entre os quais projetos, obras e ações que já estavam discriminadas em orçamento e que tinham a verba ou uma parte da verba a definir, e só esta dotação consome cerca de 7,4 milhões de euros dos 9.950.096,00 €; no reforço de diversas rubricas cuja dotação foi parcialmente consumida com encargos transitados do ano anterior; reposição de verbas utilizadas na 1.ª, 2.ª e 3.ª Alterações Permutativas ao Orçamento e alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação atual definida de 28 milhões de euros, passam, após esta Alteração Modificativa, a dispor de uma dotação no valor de 37,6 milhões de euros. Nas funções gerais destaca o reforço das dotações de diversas ações do projeto “Instalações Municipais” que no início tinha uma verba muito reduzida e, agora, estão a ser colocadas aquelas que são possíveis executar, quer do ponto de vista concursal, elaboração dos projetos e das contratações; reforço das dotações de diversas ações do projeto «Aquisição e Reparação de Máquinas e Viaturas» que sendo uma área na qual se despende uma verba considerável, tendo em conta a quantidade de máquinas e viaturas que o município possui, este reforço serve para fazer face a reparações que surgiram e são complexas e depois a aquisição de mais duas varredoras elétricas, acrescentando a isto, o surgimento de uma despesa mais avultada do que se esperava, nomeadamente com a higienização das viaturas; o reforço das dotações de diversas ações do projeto “Sistemas de Informação”, das quais destaca a possibilidade de

aquisição para uma solução para a desmaterialização de processos de urbanismo; o reforço das dotações de diversas ações do projeto "Ações de Prevenção e Segurança", com inclusão de nova ação "Aquisição de Bens e Serviços COVID-19" que inclui a reposição de verbas que estavam a definir para o reforço dos GBP e porque se começou a pagar as EIP's à parte e foram repostos os 90 mil euros para apoio ao financiamento de investimentos que as associações já começaram a fazer este ano e será posteriormente apresentado em reunião de Câmara. Esta nova rubrica foi corrigida para o município poder incluir, não apenas as questões que estão relacionadas com as associações de bombeiros, mas a aquisição de bens e serviços no âmbito do COVID-19, que estão distribuídos por diversas unidades orgânicas e também na Proteção Civil, nomeadamente com a aquisição de um equipamento de nebulização para que se possa fazer algum desse trabalho por administração direta e depois uma verba de 25.000€ para aquisição de bens e serviços no âmbito do COVID-19, sobretudo com a nebulização antivírica de várias instalações, mas também a compra de bens, como as camas de campanha para o centro de emergência, enfim, tudo questões que se acentuaram com esta pandemia.

Para além das questões das rubricas do COVID, destaca a inclusão de uma nova ação intitulada "construção do Posto Territorial da GNR de Poceirão" que com um novo programa contabilístico foi possível afinar as designações do programa segurança, no qual foi efetuado um reforço para em 2020, poder ter uma verba de 40.000€, ainda sem comparticipação, para a elaboração dos projetos a prever para 2021, em função do programa preliminar 1,4 milhões de euros para a construção do referido posto territorial.

Nas funções sociais, o reforço de varias ações, das quais destaca o projeto beneficiação conservação, funcionamento e apetrechamento de escolas básicas e jardins-de-infância, onde foram efetuados reforços para reparações em equipamentos do sistema AVAC, mas também prevendo, para os anos seguintes, um novo contrato de manutenção do sistema AVAC, entre outros reforços; o reforço da dotação de ação "exames médicos regulares e COVID-19, sobretudo com uma verba de 7.000€ para testes de despistagem, no âmbito da medicina do trabalho, porque é necessário que as/os trabalhadoras/es estejam prevenidas/os e, obviamente a despesa é essencialmente de trabalho e logística, porém é preciso recorrer a estes testes; o reforço da ação aquisição de fardamento, equipamento de proteção individual e fornecimento regular num valor de 62.000€ que inclui também a reposição para se poder fazer o concurso do equipamento para as próximas épocas; o reforço do fornecimento de refeições quentes no âmbito do combate à pandemia COVID-19, que, para já, tem uma verba de 5.000€ para se vier a ser necessário comprar serviços às IPSS que forneçam refeições quentes a famílias carenciadas e também para articular o apoio logístico para que a rede de emergência alimentar, através do sistema que já está montado, possa funcionar ainda com mais apoio. Depois, a nova ação do projeto de teleassistência, que neste contexto de isolamento, as famílias e idosos mais isolados passaram a ter ainda maiores dificuldades de sociabilização e este projeto que está no terreno, ainda só contempla 50 utilizadores, mas prevê-se passar para mais numa segunda

fase, com mais 50; o reforço da ação programa de financiamento municipal de obras de conservação em imóveis, o FIMOC, dado que todos os anos são aprovados cerca de 2 projetos e este ano foi possível mais um ou dois, por isso é necessário reforçar a verba porque há candidaturas que estão a ser entregues e em vias de ser aprovadas; a inclusão de outra nova ação “adaptação da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Palmela” pois foi hoje publicada uma alteração à REN e vai permitir que algumas unidades económicas possam ver finalmente as suas situações regularizadas, mas está relacionada com o novo PDM, que inclui a obrigação de fazer novos estudos e nova cartografia, aliás, decorre da publicação recente das novas orientações estratégicas da Reserva Ecológica Nacional.

No que diz respeito à execução de obras de infraestruturas e substituição dos titulares de alvarás de loteamento estão a ser repostas verbas que estavam a definir, como a fazer reforços para aquelas 2 grandes intervenções que estão a decorrer em Val Flores e que têm andado devagar por causa das contingências. Na execução de rede de drenagem de águas residuais domésticas, destaca o estudo que está a ser feito em Olhos de Água, freguesia Pinhal Novo e a execução da rede de drenagem de águas residuais domésticas em várias ruas na Carregueira/ Abreu Grande que implica a construção de uma estação de bombagem e um sistema muito mais complexo e, neste momento, é necessário verba para elaborar esses projetos. Depois, uma nova ação de “aquisição de maquinaria e equipamento em outras intervenções no programa abastecimento de água” que inclui diversas ferramentas necessárias para essas intervenções.

Nos espaços verdes e paisagismo destaca a inclusão de uma nova rubrica para o parque de estacionamento na Quinta do Anjo, no qual é necessário elaborar um projeto que vai ter de ser submetido à aprovação das Infraestruturas de Portugal, entre outras questões, desde a atualização de verbas para as juntas de freguesia na manutenção dos espaços verdes, para retificação de alguns com alguns reforços.

Na conservação, gestão e animação do Castelo há uma parte significativa de verbas que são repostas, que estavam a definir, mas existem questões na ordem dos 10.000€ para a renovação e tradução dos painéis e legendas que existem no espaço das transmissões militares e outros painéis; 20.000€ para uma intervenção urgente numa parte da muralha e mais 20.000€ para a impermeabilização do terraço, sobre o corredor de acesso à sacristia da Igreja de Santiago, onde vão investir na iluminação para que a Igreja de Santiago possa receber as exposições sem ser necessário montar e desmontar a iluminação. Para a requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura, um reforço de 25.000€ em 2020 para abrir o procedimento nas próximas semanas, porque o grosso da obra vai ser paga em 2021. Nas intervenções em património edificado, um reforço para não deixar fugir uma candidatura que a Santa Casa da Misericórdia obteve com sucesso junto de um programa das Misericórdias, o “Fundo Rainha Dona Leonor”, uma vez que a capela da Santa Casa da Misericórdia é um edifício classificado e que gera interesse na ótica do turismo religioso.

Na eficiência energética são efetuados pequenos reforços para os edifícios municipais e também espaços públicos e na rede viária municipal, para além de reforçar e colocar as verbas que estavam a definir num conjunto muito significativo de intervenções, porque depois dos projetos feitos, há sempre acréscimos, para além da pavimentação, quando surge a oportunidade de poder dotar alguns troços, porque existe emissário perto ou uma rede que pode graviticamente aceitar as águas residuais, enfim, a obra aumenta de valor. Mas o reforço mais significativo está relacionado com a revisão de preços da 1ª fase Hub10, sobretudo com algumas expropriações de alguns terrenos e também a reparação de um troço da circular sul à Autoeuropa, porque enquanto não conseguir contratualizar com o Estado Central uma intervenção mais musculada e de maior dimensão, é necessário intervir nos troços. Destaca ainda o recorço no CICLOP7, para o projeto para a ciclovia entre a zona Aires, Padre Nabeto e Miraventos e a sua ligação a Setúbal, na lógica de um projeto intermunicipal.

Nos mercados de produtores locais do concelho de Palmela, informa que o município já começou a intervir no Mercado de Quinta do Anjo que está praticamente terminado e para Pinhal Novo, equacionou-se a colocação de uns toldos para a zona do mercado de produtores, mas o estudo e o projeto terá de ser diferente por causa do estacionamento e também melhorar a zona de cargas e descargas, porque são muitas as viaturas dos operadores do mercado numa zona que não estava preparada para tanto. Refere ainda um reforço para o PRARRÁBIDA – Janela da Arrábida de mais 50.000€ em 2020 e 265.000€ para 2021, porque para ser lançado tem estado à espera do desbloqueio do ICNF, pode avançar por fases, mas é necessário obter o mais depressa possível o parecer do ICNF para avançar na totalidade. Depois há uma nova ação, o “Caminho Português de Santiago – Caminho de Palmela” que representa um pequeno reforço, mas que vai servir para ter outros desenvolvimentos no futuro, na sinalética e até em colaboração com outros municípios. Na informação e apoio ao consumidor, há uma nova ação para a aquisição de bens e serviços, nomeadamente na área da informação e edição de materiais sobre políticas de consumo e informação ao consumidor. Na aquisição de terrenos há um reforço que já prevê outras expropriações, nomeadamente a do Aceiro da Fonte da Prata, para aquisição de um terreno no centro do Pinhal Novo, lado sul, junto à verbena da SFUA para a criação de mais uma bolsa de estacionamento, na lógica da reabilitação urbana que dá ligação ao Largo da Mitra. Portanto, o total do Orçamento após a 1.ª Alteração Modificativa é de 61.119.399,00€, que representa um acréscimo de 21,92% relativamente ao Orçamento atual.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e relativamente à presente proposta, refere que existem outras questões para as quais ainda gostaria de ter uma resposta mais pormenorizada, sobretudo em relação ao combate à pandemia covid-19, um surto que abalou todos e que obrigou uma série de verbas extraordinárias. Apesar destas verbas se encontrarem todas enquadradas nas devidas rubricas, sugere que seria uma mais-valia haver um documento que resumisse esta questão, para perceber, até ao momento, qual foi o

investimento que a autarquia fez com o covid-19, em todas as suas rubricas e áreas, quer no apoio, quer na compra dos equipamentos de proteção individual, enfim, tudo o que foi feito até agora, num resumo do que já foi despendido e o que é que ainda se prevê despende, porque considera que será muito importante ter um plano de atividades, um plano de ação, uma vez que, infelizmente, tudo aponta que haja um 2º surto e este, não estará muito distante, aliás, aponta-se que será no fim do ano e, se calhar, seria importante projetar já as verbas que vão ser necessárias realocar novamente para este novo surto. Este plano, poderia também ajudar a discutir melhor este assunto, considera que seria uma boa prática e é apenas uma sugestão. Depois, existem estas verbas que estão para ser investidas e que estão relacionadas com o que foi falado na última reunião, sobre o reforço à economia local, à restauração ou comércio e os grandes projetos que aqui foi abordado pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha sobre a questão dos vinhos, portanto, não conseguiu perceber, neste momento, onde estão esses investimentos, provavelmente, estarão aqui, mas não estão perceptíveis.

Relativamente às Grandes Opções do Plano, existem duas ou três situações sobre as quais questiona, sendo que a primeira está relacionada com uma verba que está alocada de 3.000€ para o Plano Municipal para a Igualdade de Género, ou seja, não têm qualquer ideia, de que qualquer iniciativa no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade de Género e ficam na dúvida se está em construção, se já está feito. Por outro lado, estes 3.000€ deixam algumas dúvidas sobre o que está previsto fazer, se é para terminar o projeto, se é para avançar, por isso questiona para que serve esta verba. Depois, surpreendeu pela negativa quando perceberam que não há qualquer verba atribuída para o Programa Municipal de Combate à Violência Doméstica, porque não basta apresentar aqui moções, não basta assinalar o dia, é preciso fazer muito mais e este flagelo também acontece no concelho de Palmela e, por isso, custa ver que não esteja aqui neste documento qualquer tipo de verba, nem projeto para esta área. Uma outra questão que também chama a atenção tem que ver com o projeto teleassistência que está incluído no documento, que julga estar abrangido pelo PRIA, ou seja, é um projeto comunitário ou é um projeto à parte, porque a ideia que têm é que pertence ao PRIA e, sendo o PRIA um projeto comunitário que prevê o reembolso de 50%, este projeto de teleassistência também está dentro deste reembolso de 50%, ou seja, estes 10.000€ que estão aqui em orçamento são, no fundo 5.000€ ou 10.000€?

Uma outra questão que se prende com o projeto Eco empresas, pois também não tem qualquer verba atribuída, por isso questiona se não há qualquer tipo de investimento alocado a este projeto, será por essa razão? Se não há, se calhar seria oportuno repensar este projeto, ainda mais nesta altura, porque não pensar nalgum tipo de investimento para ajudar, pelo menos as microempresas nesta área, portanto, é uma sugestão que pensam que poderá se uma ajuda para esta fase mais complicada que todos estão a viver e, no fundo, seria um reajuste ao projeto que está implementado. Por fim, mais uma vez não vê qualquer verba atribuída à incubadora de empresas em Pinhal Novo, este é um projeto que já há algum tempo vindo a ser

discutido e o PS gostaria de perceber por que razão não tem qualquer verba atribuída, se é porque não tem havido solicitações, se está a ser utilizado, se não é necessário nenhum investimento, enfim, para perceber qual a razão.

Por último e no seguimento da posição que o PS tem tido em relação, o sentido de voto será a abstenção.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que esta é a primeira vez que se faz aqui uma alteração sem se ter a noção do que se gastou ou não, se por um lado se sabe que foram 9.950.096,00€ que no fundo, é o saldo de gerência de 2019, no entanto, por força das circunstâncias não têm ainda a noção da prestação de contas sobre o que foi ou não feito de 2019, ou seja, não têm a mesma noção que tinham em alturas anteriores, que em parte se justifica tendo em conta a situação que se vive atualmente, como também das alterações legais que foram feitas, decorrentes do Orçamento de Estado para 2020. Porém, o orçamento com esta introdução do saldo de gerência, ficam agora com 61.119.399,00€. Considera que esta primeira alteração não pode ser vista como as alterações que viam no passado, há aqui medidas positivas, a continuação de algumas obras que, apesar de não ter uma exata noção de como está o plano de pagamentos, mas dá para perceber.

Relativamente ao parque de estacionamento na Quinta de Anjo, recorda que levantou questões sobre as Infraestruturas de Portugal, mas em boa hora, parece que essas questões estão a ser ultrapassadas e também na questão da disponibilidade da autarquia contribuir para a obra da Capela da Santa Casa da Misericórdia de Palmela. Portanto, nesta alteração, acha que falta uma maior explicação sobre este momento em que se vive, ou seja, é verdade que estão presentes uma série de verbas que estão alocadas e algumas delas serve também para corrigir muito do que já foi feito nesta fase de combate, desde os apoios aos bombeiros para a aquisição de bens e serviços, a questão dos fardamentos, dos exames médicos, enfim, tudo isso é importante, mas até por alguns valores referidos pelo Sr. Presidente, ficam muito aquém daquilo que pode vir a ser necessário e admite que estejam só a cobrir, nesta fase, aquilo que já foi gasto, mas será que já estão a prever um eventual segundo surto. Para além disso, esta fase inicial do surto ainda terminou e ainda, provavelmente, há muito a fazer, em termos de combate à pandemia e da prevenção da mesma. Considera ainda que estão todos muito preocupados com o combate à pandemia, na perspetiva das medidas mitigadoras da propagação da doença, mas alerta que o problema da economia após pandemia, ou seja, considera que deveriam ter um orçamento adaptado e musculado para apoiar as empresas e os cidadãos do concelho, para que não venham a ter uma gravíssima crise económica, uma crise económica por força da paragem forçada da economia e, se numa 1ª fase, é preciso vencer o medo natural das pessoas que, independentemente de alguma abertura da economia, estão receosas e apreensivas, numa 2ª fase, que espera que seja mais rápida e que as pessoas possam perder algum medo, porque vão chegar à fase em que não vai haver dinheiro, que é mais grave e nessa fase, os poderes públicos, sejam nacionais ou locais, têm de estar ao lado das empresas,

do comércio local e dos agentes turísticos, porque é necessário salvar a economia e os postos de trabalho, para não agravar mais ainda uma situação que já bastante complicada. Obviamente que alguns dos apoios com base na perda de receitas do município, seja através das isenções de taxas ou outras, mas se calhar, nalgumas situações irá ter de ser o município a injetar dinheiro na economia, seja através de vales para que se possa gastar no comércio local, na restauração, nos operadores, sejam por outras formas, portanto, acha que esta alteração não contempla estas questões e que está muito focada na lógica de pré-covid e muito menos numa lógica de pós-covid. Nesta fase em que o Governo vai permitindo a abertura de alguns setores de atividade, talvez em junho ou julho, quando não houver tantas limitações como ainda há nesta fase, e acha que deveriam estar a pensar nessa fase seguinte e este documento não demonstra isso, falta uma estratégia, a necessidade de se criar ou pensar num fundo de emergência municipal para apoiar a economia local e a Sra. Vereadora Mara Rebelo salientou a questão destas rubricas dispersas, sobre o que foi alocado no passado e o que irá ser num breve futuro para o combate à pandemia. Para já o que o mais preocupa é a subsistência do comércio local, da economia local.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** cumprimenta os presentes e refere que estas são ações de extrema relevância e, como já referiu no passado, não se deve tirar aproveitamento político e devem estar unidos no combate a esta pandemia. Refere que depois da reunião anterior, achou que esta alteração iria contemplar algumas medidas, tal como foi referido pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, em relação à economia local, mas talvez numa futura alteração, poderá vir explanado esta questão. Concorda inteiramente com a intervenção da Sra. Vereadora Mara Rebelo quando questiona sobre o que se gastou e o que se perspectiva gastar com a pandemia do covid-19, até para tirar relações para o futuro, porque acredita que não vai ficar por aqui, muito certamente haverá um novo surto.

Depois solicita esclarecimentos sobre a rubrica referente à lavagem dos contentores, ou seja, questiona se é a empresa SUMA que está a fazer essa limpeza e qual é a periodicidade dessa lavagem, desinfecção e quando colocam os autocolantes, se é no momento em que a fazem ou se são colocados posteriormente, porque recebeu a informação de um munícipe que aproveita para apresentar fotos, uma vez que na passada sexta-feira, em Pinhal Novo, na Rua Afonso de Albuquerque, esse munícipe viu colocarem os autocolantes nos contentores sem fazer a respetiva limpeza. Refere ainda que esse senhor, que está muito tempo em casa, nunca viu ninguém a lavar os contentores, nunca viu ser desinfetados e, por isso, pergunta se o executivo tem conhecimento.

O **Sr. Presidente** agradece as questões colocadas esclarece que nenhuma autarquia tinha o seu orçamento, com rubricas criadas para este efeito de pandemia e as primeiras despesas que o município teve de começar a fazer, tiveram de ser distribuídas por aquelas que, em termos económicos e orçamentais, permitiam esse tipo de despesas, sem estar devidamente organizadas e que a meio do problema é difícil alterar um documento, mesmo nesta fase de

revisão, onde já foi possível colocar algumas rubricas com essa denominação, mas outras estão naturalmente nas aquisições com os fardamentos, com as questões de equipamento de proteção pessoal, entre outras. Aproveita para partilhar os valores gastos diretamente e exclusivamente para a COVID-19, portanto, em máscaras, luvas, fatos, álcool, óculos, acrílicos, nebulizações, sacos, camas articuladas, sacos cama para os tais alojamentos de emergência, testes, fatos Tivec, numa primeira tabela que foi feita, até para apresentar numa candidatura e recorda aquele documento que foi enviado, onde preconizava um conjunto de medidas para que fossem adotadas, para redirecionar dinheiro para este contexto que, felizmente, vai ter uma comparticipação nas despesas já realizadas desde o início de março até junho e julho, já foi gasto 81.195,48€ e estão previstas encomendas no valor de 105.500€, com uma estimativa de gastos na ordem dos 200.000€, tudo decorrente desta questão, sem incluir aqui alguns apoios que foram atribuídos pelo município, estes gastos foram para material, para o funcionamento da autarquia, na prevenção do COVID-19 e que vão ser apresentados numa candidatura para obter cofinanciamento.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** questiona se são aquelas candidaturas simples que o Governo disponibiliza.

O **Sr. Presidente** responde que são essas candidaturas. Relativamente ao reforço da economia local, esclarece é feito de diversas formas e está a ser feito, porque quando o município deixa de receber taxas, quando isenta, está a apoiar indiretamente. Quanto aos apoios financeiros diretos, o município não faz, mas fez chegar ao Governo um documento a referir que era importante direcionar os fundos para o apoio à economia, para o empreendedorismo, a reabertura, a mudança de atividade e, acrescenta que recebeu às 14h18 do Sr. Secretário de Estado Carlos Miguel, a seguinte nota: "o trabalho conjunto dos Ministérios da Coesão, da Economia e do Planeamento, o Conselho de Ministros de ontem, aprovou programa "Adaptar" que irá permitir que as micro, pequenas e médias empresas possam adaptar a sua atividade ao contexto COVID, apoiando os custos de aquisição de EPI para funcionários e clientes, como também de higienização, desinfestação ou alterações de layout. As candidaturas contemplam investimentos de 500€ a 5.000€, com 80% a fundo perdido, nas pequenas e médias empresas a elegibilidade irá dos 5.000€ a 40.000€ com um apoio a fundo perdido de 50%. Isto resulta de um trabalho político, de magistério de influências e de um trabalho conjunto das autarquias, com as suas associações com o Governo que é quem tem fundos nesta matéria para poder efetivamente, injetar apoios na economia. Logo que o diploma seja publicado irá dar conhecimento". Depois, ainda sobre a economia, o grande apoio que as autarquias têm de dar aos agentes locais é, de facto, a promoção do seu território, a promoção dos produtos que aqui são fabricados, o apoio ao escoamento, à divulgação, que também tem custos e recorda que tem de haver investimento público e acha que o executivo municipal tem como primeira obrigação cumprir o programa de mandato que é baseado em muito investimento público e que esse investimento, mesmo em contexto de COVID-19, é uma boa resposta porque quando há

investimento público a economia move-se a montante e a jusante, o município está a comprar localmente, com muitas empresas locais a trabalhar com o município e a vender produtos ao município e quando há investimento público a economia local desenvolve-se. Resta saber se a economia está preparada para o investimento público, porque o município tem 2 obras que não estão só paradas por causa do COVID, mas porque não têm fornecimento de materiais, existem empresas sem capacidade de resposta para as encomendas e há fornecedores de materiais cujos mecanismos de importação estão parados, portanto, ao contrário de outros não defende que as autarquias metam dinheiro nas empresas, primeiro têm de se preocupar com os cidadãos do concelho, tem de privilegiar aqueles que efetivamente estão em dificuldades económicas e os mais desfavorecidos. A economia tem de ter incentivos como têm sido dados e se houver investimento público, ela move-se. Discorda inteiramente quando ouve comentários referindo que as festas e os mercados não fazem falta, aliás, as indústrias criativas, os vendedores das feiras, mercados e festas que pagam impostos, que representam empresas têm uma quantidade enorme de pessoas ligadas ao escoamento de produtos, seja de consumo alimentar, de bens de artesanato, de vendas das mais diversas ordens, pois são esses eventos que as promovem, que permitem o escoamento e a sua atividade e, quando não há festas e eventos, muitas dessas pessoas estão a passar fome. Portanto, aqui não há mecanismo nenhum público, nem do Governo, nem da Segurança Social, de apoio a estes pequenos empresários. Neste caso, não havendo taxas a isentar, a única solução é voltar à atividade com cuidados extremos e advoga que não se deve desistir, ainda há muito por realizar no concelho de Palmela até ao final do ano, naturalmente que com o estrito respeito por aquilo que são as orientações e as recomendações emanadas pelas autoridades de saúde competentes. Reitera que o município está ao lado das empresas e do comércio local, quando isenta tarifas fixas, quando isenta taxas de ocupação de espaço público para esplanadas, quando tem uma tabela de taxas no urbanismo inferior ao ano de 2010, enfim, quando investe nos produtos locais, os promove e até os adquire. Portanto, em 1ª instância, o município tem estado junto do Portugal 2020 que teve verbas para apoio às empresas. Refere ainda que é natural que os comerciantes estejam apreensivos, porque o investimento em material de proteção, com a redução da capacidade de número de mesas, feitas as contas, se calhar, para alguns é melhor ter a casa fechada.

Relativamente à questão colocada sobre a verba que está na rubrica sobre o Plano Municipal para a Igualdade de Género, corresponde à verba que irá ser paga no final do estudo de diagnóstico que está a ser feito.

Quanto à teleassistência o Sr. Vereador Adilo Costa irá esclarecer melhor, mas refere que se não pertencesse ao PRIA, mesmo que não venha a obter comparticipação, a decisão política é que deve ir e a verba deve ser na totalidade, porque as obras, mesmo as comparticipadas têm verba na totalidade.

Sobre a Eco empresas, refere que o regulamento foi agora amplamente divulgado, já foram efetuados contactos, foi feita uma grande divulgação dirigida às empresas e algumas já estão a pedir esclarecimentos e contactos, tendo havido até uma alteração no texto de divulgação por causa deste contexto, portanto, não está discriminado aqui neste plano, mas é um trabalho que está a ser feito e, na incubadora de empresas, pode ter sido lapso não ter visto, há uma rubrica, a 35.03.002 onde constam 40.000€ referentes a obras que vão ser lançadas na próxima semana, sobretudo para adaptação do espaço, na criação de vários gabinetes.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** questiona se esse valor é para obras, porque estava a referir-se à atividade do espaço.

O **Sr. Presidente** esclarece que o espaço funciona quando é solicitado e para pôr esse espaço de acordo com o regulamento, com o número de espaços de trabalho, de divisórias, a parte que é comum e a parte que vai ter equipamentos que irão ser de utilização comum, é necessário fazer um investimento na ordem dos 40.000€. Este espaço é mais um apoio indireto às pequenas empresas, cujo custo de utilização tem taxas muito baixas em relação ao que é praticado.

Depois, em relação às questões colocadas pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, esclarece que os gastos com o COVID, de facto, aquilo que está previsto e que irão procurar, progressivamente, ir adaptando os documentos, com a inclusão de mais rubricas relacionadas com esta questão. Se o estado de calamidade se mantiver, que é diferente do estado de emergência, ainda assim com aquilo que é conhecido hoje, os gastos são acrescidos e o retorno de todos os trabalhadores ao serviço, o número de equipamentos, a diversificação da tipologia dos equipamentos, não haverá praticamente nenhum atendimento que não tenha de ter um acrílico, se calhar, estes 3.500€ que já foram gastos, vão ter de ser triplicados, porque em todo o lado, onde houver atendimento irá ter uma frente de atendimento, que até à data, ainda só foram previstos para os balcões de atendimento e não para a receção aqui da biblioteca e nessa lógica, estimou-se uma despesa mensal que não era inicialmente prevista para estas situações que pode andar na ordem dos 30.000€.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** pergunta se esta despesa também não vai ter o apoio, tal como aconteceu com as juntas de freguesia?

O **Sr. Presidente** refere que o apoio, o Aviso que está previsto sair, são para despesas entre março até fim de junho, a partir dessa data, só se houver um segundo surto, ou seja, até para o município se poder candidatar tem de ter no orçamento as candidaturas que fazem. Também não está presente no documento a totalidade do saldo. Ainda está uma verba de 495.000€ para meter no orçamento deste ano, mas é normal que venha a fazer falta, seja para uma obra, outra qualquer situação que seja necessária.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e esclarece que o Programa Municipal de Combate à Violência Doméstica, a verba que está para o protocolo que almejam há bastante

tempo com a Secretaria de Estado da Igualdade, porque o protocolo tripartido entre Palmela, Setúbal e Sesimbra, com a participação da CEIS e que ainda não está assinado, aliás, até estão disponíveis para reforçar a verba que não está aqui plasmada, mas se for necessário para se poder avançar, mas é preciso que todas as partes se sentem à mesa e até à data a Secretaria de Estado da Igualdade ainda não se disponibilizou para tal, entretanto, para a requalificação do Monte Francisquinho, o município reforçou a verba, a que existia era residual, para 62.000€ e para 2021 está prevista uma dotação de 650.000€, na qual fazem parte os três municípios, mas lá está, é necessária a luz verde da Secretaria de Estado da Igualdade.

O **Sr. Presidente** refere que avançaram com o município da Moita e do Barreiro e quando chegou aqui, parou.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que parou e é necessário haver aqui alguma reflexão e ponderação, porque estão preparados para avançar e se tiver de haver um ajuste nas verbas, também será feito, mas tendo em conta tudo aquilo que tem ocorrido de Norte a Sul do país, naturalmente. Em relação a teleassistência, tal como o Sr. Presidente disse, a verba que consta dos 10.000€ é na totalidade, mas há a possibilidade de se alargar a candidatura do PRIA e se houver essa possibilidade, pois naturalmente é por aí que irão avançar.

O **Sr. Presidente** refere que inicialmente na candidatura estava previsto para determinadas ações, mas havendo a possibilidade do PRIA se estender por mais um ano e será para essa área que irão avançar.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** relativamente à questão colocada pela Sra. Vereadora Palmira Hortense, esclarece que há uma periodicidade da empresa, mas paralelamente a esta periodicidade, a autarquia tem vindo a proceder à desinfecção dos contentores. Refere ainda que é natural que o município não veja essas limpezas porque elas ocorrem no período noturno. A rua referida pelo município, a Rua Afonso Albuquerque em Pinhal Novo, foi feita, em toda a sua extensão, desde entradas e passeios também, no dia 1 de abril, mas na zona da farmácia, incluindo os contentores que estão em frente, são desinfetados dia sim, dia não, é um dos locais que é considerado prioritário.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que o contentor feito no reparo do município está localizado no final dessa rua.

O **Sr. Presidente** refere que as lavagens dos contentores são efetuadas 4 a 5 vezes por ano, portanto, é uma por trimestre, porque são cerca de 4 mil e tal contentores, por vezes ultrapassa o trimestre. Quando o contentor é lavado e é um assunto que já foi aqui discutido anteriormente, é lavado com produto especial e a quente, o autocolante não é colocado no imediato, é colocado depois de arrefecer e secar. Para além disso, há também a reposição dos autocolantes que estão deteriorados. Refere ainda que neste mandato, este é um dos processos que, felizmente, tem sido cumprido escrupulosamente, o município recebe diariamente, o relatório dos encarregados municipais com o trabalho que é feito no outsourcing

e que é feito por administração direta, é um trabalho que tem acompanhamento direto das ações todas por parte do encarregado municipal, portanto, registam-se atrasos, mas não erros de falharem contentores. Também refere que existem novos autocolantes, da campanha "Palmela, inspira ambiente", talvez daí algum atraso.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que o autocolante tem a data de 8 de março e diz respeito a abril e como o município não viu nada perguntou à vereação do MIM a quem deveria reclamar

O **Sr. Presidente** refere que deveria reclamar junto da autarquia. Acrescenta que se houver incumprimentos, o município tem todo o interesse em tomar conhecimento, mas este caso concreto deveu-se a uma pequena falha da colocação do autocolante novo.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a desinfecção no espaço público tem sido feita dia sim, dia não nas frentes do comércio que está aberto, são ações realizadas no período noturno portanto, é natural que algumas pessoas não se apercebam.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a António Braz, Pedro Taleço, Mara Rebelo e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

DIVISÃO DE INTERVENÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_11-20:

«A ARPI de Pinhal Novo, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), constituída em 1 de julho de 1993 (Publicação em Diário da República, III Série – n.º 166 – 1993), por tempo indeterminado, com o NIPC 501485872, com sede na Rua Infante D. Henrique, n.º 81, 2955-196 Pinhal Novo, e que tem por objeto *"promover o espírito de solidariedade e entre ajuda na defesa dos interesses dos reformados, pensionistas, idosos e crianças da freguesia de Pinhal Novo"* (Estatutos, Capítulo I, artigo 2.º) e que se propõe a um conjunto de fins, entre os quais destacamos o *"criar e manter as atividades de centro de convívio, centro de dia, apoio domiciliário, lar para a terceira idade, creche e jardim-de-infância"* (Estatutos, Capítulo I, artigo 3.º).

Esta IPSS presta apoio a 125 pessoas idosas, decorrente do trabalho desenvolvido nas respostas de Centro de Dia – 25, Centro de Convívio – 50 e Serviço de Apoio Domiciliário – 50, numa freguesia que regista o maior número absoluto de pessoas com 65 ou mais anos e

apresenta o maior número de famílias clássicas com pessoas com 65 e mais anos (Fonte: Censos 2011).

Em março de 2020, esta IPSS solicitou apoio à câmara municipal para fazer face às despesas realizadas no início do ano, onde se depararam com a necessidade de adquirir um novo termoacumulador, efetuar diversas reparações na cozinha (fogão, grelhador, marmitta da sopa) e nas viaturas, sem as quais não conseguiriam continuar a assegurar o apoio na confeção e distribuição de refeições aos seus utentes de Centro de Dia e do Serviço de Apoio Domiciliário.

Desta forma, considerando:

- que esta instituição apresenta um histórico de intervenção atestando uma dinâmica social local concertada e cooperante, sendo a sua importância reconhecida na comunidade;
- que a ARPI de Pinhal Novo representa um papel determinante no desenvolvimento social da freguesia contribuindo para a promoção do bem-estar e para a minimização das dificuldades sentidas pela comunidade de idade maior;
- que esta IPSS preconiza um trabalho de articulação e corresponsabilização com diferentes parceiros sociais locais, integrando parcerias formais;
- que apesar de demonstrarem alguma recuperação da estabilidade financeira, a sua capacidade de investimento apresenta-se ainda limitada, para suportarem, por si, só as despesas de aquisição e reparações acima descritas, que se apresentam como essenciais para a prestação dos serviços que asseguram, destacando-se, no entanto, os valores da previsão orçamental para o ano de 2020, que apontam para um resultado líquido positivo, no valor de 3.229,16 €, com previsão total das despesas na ordem dos 411.629,64 € e previsão total de receitas no valor de 414.858,80 €;
- que a ARPI de Pinhal Novo apresenta faturas no valor total de 3.713,76 € com IVA incluído, decorrente da aquisição do termoacumulador, das reparações na cozinha e das carrinhas, de forma a poderem continuar a prestar apoio nas respostas sociais que asseguram;
- que o Município de Palmela tem procurado apoiar as suas Associações em investimentos considerados significativos;

propõe-se, de acordo com as alíneas o) e u), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro no valor de 2.000,00 € (dois mil euros), à ARPI de Pinhal Novo, destinado a comparticipar nas despesas realizadas com a manutenção do seu património.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezasseis horas e quarenta e seis minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Pacheco